

# A IMPLEMENTAÇÃO DA OPERAÇÃO LEI SECA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA VIÁRIA

**ALESSANDRA CALLEIA**

lecalleia@hotmail.com

UERJ

**GUSTAVO MOREIRA DE MELLO**

gustavommello@hotmail.com

UERJ

**Resumo:** O presente trabalho analisa a implementação da Operação Lei Seca no Brasil como política pública de segurança viária, com foco na sua efetividade na redução de acidentes e na promoção de uma cultura de trânsito mais consciente. O objetivo principal foi investigar como essa política tem sido operacionalizada em diferentes estados brasileiros, identificando seus resultados, limitações e potencialidades. A metodologia adotada baseou-se em uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e documental, utilizando dados de órgãos como o Ministério da Saúde, DENATRAN, DETRANs e estudos acadêmicos recentes sobre segurança viária. Os resultados evidenciam que, desde a promulgação da Lei nº 11.705/2008, houve uma queda significativa nas taxas de mortalidade por acidentes automobilísticos nas regiões com fiscalização ativa. A Operação Lei Seca mostrou-se eficaz ao combinar ações repressivas, educativas e preventivas, envolvendo diversos órgãos públicos em uma articulação intersetorial. No entanto, o estudo também revela desafios como a falta de padronização nacional, a necessidade de ampliar a fiscalização em áreas periféricas e a importância de incorporar tecnologias como inteligência artificial e câmeras inteligentes para fortalecer a política. Conclui-se que a Lei Seca é um instrumento relevante na redução da violência no trânsito, devendo ser aprimorada com inovação e compromisso institucional contínuo.

**Palavras Chave:** Lei Seca - Política de segurança - Implementação



## **A IMPLEMENTAÇÃO DA OPERAÇÃO LEI SECA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA VIÁRIA**

### **RESUMO**

O presente trabalho analisa a implementação da Operação Lei Seca no Brasil como política pública de segurança viária, com foco na sua efetividade na redução de acidentes e na promoção de uma cultura de trânsito mais consciente. O objetivo principal foi investigar como essa política tem sido operacionalizada em diferentes estados brasileiros, identificando seus resultados, limitações e potencialidades. A metodologia adotada baseou-se em uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e documental, utilizando dados de órgãos como o Ministério da Saúde, DENATRAN, DETRANs e estudos acadêmicos recentes sobre segurança viária. Os resultados evidenciam que, desde a promulgação da Lei nº 11.705/2008, houve uma queda significativa nas taxas de mortalidade por acidentes automobilísticos nas regiões com fiscalização ativa. A Operação Lei Seca mostrou-se eficaz ao combinar ações repressivas, educativas e preventivas, envolvendo diversos órgãos públicos em uma articulação intersetorial. No entanto, o estudo também revela desafios como a falta de padronização nacional, a necessidade de ampliar a fiscalização em áreas periféricas e a importância de incorporar tecnologias como inteligência artificial e câmeras inteligentes para fortalecer a política. Conclui-se que a Lei Seca é um instrumento relevante na redução da violência no trânsito, devendo ser aprimorada com inovação e compromisso institucional contínuo.

**Palavras-chave:** Lei Seca. Política de segurança. Implementação.

### **1. INTRODUÇÃO**

O crescimento urbano acelerado, a massificação dos veículos automotores e a precariedade na formação dos condutores são alguns dos fatores que contribuíram para o agravamento dos acidentes de trânsito no Brasil. Durante décadas, o país conviveu com elevados índices de sinistros viários, muitos dos quais relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas por parte dos motoristas. O trânsito brasileiro passou a ser, gradualmente, identificado não apenas como um espaço de deslocamento, mas também como um dos principais contextos de ocorrência de mortes evitáveis. Frente a essa realidade alarmante, tornou-se evidente a necessidade de políticas públicas mais eficazes e rigorosas para garantir a segurança viária e preservar vidas. Nesse cenário, surge a Operação Lei Seca, instituída oficialmente em 2008 com a promulgação da Lei nº 11.705, que modificou o Código de Trânsito Brasileiro ao estabelecer tolerância zero para a condução de veículos sob efeito de álcool (Nunes; Murta-Nascimento; Lima, 2021).

A Lei Seca representou uma ruptura com a cultura de permissividade social em relação à combinação entre álcool e direção, comum no cotidiano brasileiro até então. A implementação dessa operação tem como base ações integradas entre órgãos de fiscalização



de trânsito, segurança pública e saúde, visando não apenas à punição, mas também à educação e à conscientização da população sobre os riscos da condução alcoolizada. Desde sua criação, a Operação Lei Seca passou a ser adotada por diversos estados brasileiros, com destaque para o Rio de Janeiro, onde se consolidou como uma política pública de grande visibilidade e resultados significativos. As blitzes sistemáticas, aliadas ao uso de etilômetros e ao fortalecimento da fiscalização, contribuíram para a redução do número de acidentes, feridos e óbitos, além de provocar mudanças comportamentais importantes entre os condutores (Oliveira et al., 2023).

Nesse contexto, a presente pesquisa propõe-se a analisar a Operação Lei Seca como política pública de segurança viária, com foco na sua implementação, abrangência, efetividade e nos entraves que ainda limitam seu pleno funcionamento. A escolha por esse objeto de estudo se justifica pela relevância social da temática, considerando que os acidentes de trânsito configuram uma das principais causas de mortalidade no país, afetando milhares de famílias e gerando impactos significativos nos sistemas de saúde e na economia nacional. O custo social dos acidentes, que envolve desde gastos hospitalares até a perda de força produtiva, revela a importância de medidas preventivas consistentes e sustentáveis. A Operação Lei Seca, nesse sentido, representa uma tentativa concreta de enfrentamento a esse problema sistêmico, merecendo ser avaliada quanto aos seus resultados e sua capacidade de se consolidar como política pública eficaz.

A investigação parte da seguinte questão norteadora: como tem se dado a implementação da Operação Lei Seca como política pública de segurança viária no Brasil, e quais são seus impactos e limitações no enfrentamento da violência no trânsito? A partir desse questionamento, busca-se compreender não apenas os aspectos operacionais da Lei Seca, mas também seus desdobramentos sociais, políticos e culturais. A proposta é examinar como a operação tem sido conduzida nos diferentes contextos estaduais, quais estratégias foram mais exitosas, e de que forma os cidadãos têm respondido à sua execução. Pretende-se, ainda, discutir em que medida a Operação Lei Seca se articula com outras iniciativas de segurança viária e qual o papel da educação, da fiscalização e da legislação nesse processo.

Essa análise foi realizada por meio de revisão bibliográfica e documental, com base em estudos acadêmicos, relatórios governamentais e dados estatísticos produzidos por órgãos como o Ministério da Saúde, o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e os departamentos estaduais de trânsito (DETRANs). Também foram considerados artigos científicos que discutem a eficácia de políticas públicas voltadas à segurança viária, bem como publicações que abordam a relação entre o comportamento do condutor, o consumo de



álcool e os acidentes de trânsito. A abordagem da pesquisa foi qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, buscando integrar os elementos legais, operacionais e sociais da Operação Lei Seca em um panorama analítico amplo e fundamentado.

Nesse viés, o objetivo geral deste trabalho é analisar a implementação da Operação Lei Seca como política pública de segurança viária no Brasil, investigando sua efetividade na redução de acidentes e na promoção de uma cultura de trânsito mais consciente. Como objetivos específicos, propõe-se: contextualizar historicamente a criação e evolução da Lei Seca no país; descrever as estratégias e metodologias utilizadas pelas operações estaduais; avaliar dados estatísticos relacionados aos seus impactos sobre os índices de acidentes e mortalidade no trânsito; identificar os principais entraves enfrentados na operacionalização da política; e refletir sobre as perspectivas de fortalecimento e aprimoramento dessa iniciativa.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA LEI SECA NO BRASIL**

A implementação da Operação Lei Seca no Brasil insere-se em um contexto histórico e legislativo complexo, marcado por transformações sociais, aumento da frota veicular e agravamento dos índices de acidentes de trânsito relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas. A preocupação com a segurança viária e a preservação da vida ganhou relevância à medida que o Brasil passou a enfrentar um cenário alarmante de mortes e lesões graves em decorrência de sinistros automobilísticos, muitos deles associados ao uso de álcool por condutores. Nesse panorama, a evolução da legislação de trânsito brasileira desempenha um papel central, refletindo os esforços do Estado para conter a violência no trânsito por meio de normas mais rigorosas e políticas públicas específicas, culminando na criação da chamada "Lei Seca" e na sua operação prática (Ramos et al., 2022).

A história da legislação de trânsito no Brasil remonta ao início do século XX, mas é com a promulgação do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), pela Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que se estabelece um marco jurídico mais moderno e abrangente, condizente com as transformações urbanas e tecnológicas da época. O CTB representou um avanço ao integrar questões de educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de tratar de maneira mais clara sobre as infrações relacionadas ao uso de substâncias psicoativas, inclusive o álcool. No entanto, até então, o Brasil ainda carecia de uma legislação mais objetiva e rígida quanto à condução sob efeito de álcool, permitindo uma certa margem de tolerância na concentração alcoólica permitida no sangue, o que comprometia a eficácia da fiscalização e contribuía para a impunidade dos infratores (Conceição; Alencar; Latorre, 2021).



A partir da década de 2000, diante do aumento expressivo do número de acidentes envolvendo motoristas embriagados, o tema passou a ocupar lugar de destaque no debate público e na agenda governamental. Diversos estudos epidemiológicos e dados estatísticos começaram a apontar de forma clara a correlação entre o consumo de álcool e a ocorrência de acidentes fatais no trânsito. A Pesquisa Nacional de Saúde de 2008, por exemplo, já indicava que uma parcela significativa da população brasileira admitia dirigir após consumir bebidas alcoólicas, comportamento que, associado a falhas de fiscalização e punições brandas, tornava o trânsito um ambiente de risco elevado (Ipea, 2010).

É nesse contexto que surge a Lei nº 11.705, sancionada em 19 de junho de 2008, popularmente conhecida como "Lei Seca". Essa norma alterou dispositivos do CTB, estabelecendo maior rigor na repressão à condução de veículos sob efeito de álcool. Entre as principais mudanças introduzidas pela nova legislação, destaca-se a redução do limite de concentração de álcool no sangue para 0,2 g/l, o que na prática representava uma política de tolerância quase zero. Além disso, a lei ampliou as sanções administrativas e penais para os condutores flagrados nessa condição, prevendo multa elevada, suspensão da carteira de habilitação e possibilidade de detenção em casos mais graves (Brasil, 2008).

A implementação da Lei nº 11.705/2008 não foi apenas uma medida legislativa, mas também um marco de mobilização social e institucional, que envolveu campanhas educativas, ações integradas entre órgãos de segurança pública, saúde e trânsito, e a criação de estruturas especializadas de fiscalização, como a Operação Lei Seca. Esse esforço coordenado teve início no estado do Rio de Janeiro, em 2009, e posteriormente foi expandido para outros estados brasileiros, consolidando-se como uma das políticas públicas mais reconhecidas no combate à violência no trânsito (Cet-Rio, 2011).

No entanto, apesar dos avanços, a Lei Seca enfrentou diversos desafios na sua aplicação, especialmente relacionados à recusa dos motoristas em se submeter ao teste do bafômetro, amparados pelo direito constitucional de não produzir provas contra si mesmos. Essa lacuna legislativa enfraquecia o poder de fiscalização e exigiu novas adequações normativas. Assim, foi sancionada a Lei nº 12.760, em 20 de dezembro de 2012, que ficou conhecida como "Nova Lei Seca". Essa nova legislação trouxe instrumentos mais eficazes para a comprovação da embriaguez ao volante, permitindo que outras provas, além do teste do etilômetro, pudessem ser utilizadas, como vídeos, testemunhos, exame clínico e imagens (Brasil, 2012).

A Lei nº 12.760/2012 também aumentou o valor da multa e o tempo de suspensão do direito de dirigir, reforçando o caráter punitivo da legislação e buscando diminuir os índices



de sinistros relacionados ao álcool. Essa ampliação dos mecanismos de fiscalização e punição foi acompanhada de maior investimento em campanhas de conscientização da população, com foco na mudança de comportamento e na promoção de uma cultura de responsabilidade no trânsito. A eficácia dessas medidas, embora ainda objeto de debate, encontra respaldo em dados que apontam para a redução no número de mortes em acidentes nos primeiros anos de vigência da Lei Seca, especialmente nas regiões onde a fiscalização foi mais intensa e constante (Denatran, 2015).

Os fatores sociais que motivaram a criação da Lei Seca e sua operação também são fundamentais para compreender sua importância. A sociedade brasileira, marcada historicamente por uma cultura permissiva em relação ao álcool, teve que enfrentar uma profunda mudança de mentalidade. O consumo de bebidas alcoólicas era amplamente naturalizado, inclusive associado a práticas festivas e à masculinidade, o que dificultava a percepção dos riscos envolvidos na condução de veículos sob seu efeito. Campanhas de conscientização e dados divulgados pela imprensa contribuíram para transformar essa visão, evidenciando os prejuízos individuais e coletivos do comportamento imprudente no trânsito (Fontes; de Medeiros, 2022).

Do ponto de vista estatístico, os dados do Ministério da Saúde e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foram fundamentais para a formulação e legitimação das políticas públicas de segurança viária. Estudos demonstraram que os acidentes de trânsito representavam uma das principais causas de morte entre jovens de 15 a 29 anos, sendo o uso de álcool um fator de risco significativo. O impacto econômico também é expressivo: os custos relacionados aos acidentes de trânsito, incluindo despesas hospitalares, reabilitação e perda de produtividade, ultrapassavam bilhões de reais por ano, configurando um problema de saúde pública e de ordem econômica (Ipea, 2010).

A Operação Lei Seca, como ação concreta derivada da legislação, destacou-se não apenas pela repressão, mas também pela prevenção. Equipes compostas por agentes de trânsito, policiais, médicos e psicólogos atuam de forma integrada, promovendo abordagens educativas, testes de alcoolemia e distribuição de material informativo. Essa abordagem multidisciplinar tem se mostrado eficaz para sensibilizar os motoristas e promover um comportamento mais consciente. Em alguns estados, a operação passou a ser referência internacional, sendo estudada como exemplo de política pública bem-sucedida na área de segurança no trânsito (Pnatrans, 2018).

Apesar dos avanços, a eficácia da Lei Seca ainda depende de diversos fatores, entre eles, a continuidade da fiscalização, o investimento em educação para o trânsito, a integração





entre os órgãos públicos e a manutenção do debate público sobre o tema. A impunidade, a corrupção em alguns setores de fiscalização e a desigualdade no tratamento dos infratores são obstáculos que ainda comprometem a plena efetividade da norma. Além disso, a reincidência de condutores flagrados em situação de embriaguez e o crescimento do consumo de drogas psicoativas no trânsito exigem uma atualização constante da legislação e das estratégias de controle (de Faria et al., 2024).

Outra questão relevante diz respeito aos avanços tecnológicos que vêm sendo incorporados à fiscalização. Ferramentas de inteligência artificial, sistemas de monitoramento por câmeras e aplicativos de georreferenciamento têm sido utilizados para mapear áreas de maior incidência de acidentes e otimizar a atuação das operações. A digitalização dos registros de infrações e a integração dos bancos de dados estaduais e federais também contribuem para a melhoria da gestão da segurança viária. Essas inovações, entretanto, demandam investimentos públicos consistentes e formação continuada das equipes envolvidas (Salama, 2024).

### **3. OBJETIVOS E DIRETRIZES DA OPERAÇÃO LEI SECA**

A Operação Lei Seca constitui uma política pública de segurança viária implementada no Brasil com o objetivo central de combater a associação entre o consumo de álcool e a condução de veículos automotores. Essa política é orientada por uma série de objetivos e diretrizes operacionais que se articulam em ações repressivas, preventivas e educativas, com vistas à redução do número de acidentes de trânsito, à diminuição das taxas de mortalidade no trânsito e à promoção de uma consciência coletiva sobre os riscos e responsabilidades do ato de dirigir. Com base na legislação vigente, especialmente a Lei nº 11.705/2008 e a Lei nº 12.760/2012, a Operação Lei Seca estrutura-se como uma política multifacetada que envolve a participação integrada de diferentes órgãos públicos, sendo um exemplo de intersetorialidade na gestão pública contemporânea (de Faria et al., 2024).

Nesse viés, a finalidade principal da Operação Lei Seca é a redução dos acidentes de trânsito causados pela ingestão de álcool. Estudos realizados por órgãos como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Ministério da Saúde revelaram que uma das principais causas de acidentes fatais no trânsito brasileiro está diretamente relacionada ao consumo de bebidas alcoólicas por condutores. A ingestão de álcool compromete reflexos, julgamento e coordenação motora, aumentando significativamente o risco de sinistros graves. A política da Lei Seca, portanto, emerge como uma resposta do Estado a esse problema de



saúde pública, estruturando-se como um instrumento de intervenção direta sobre o comportamento dos motoristas, a fim de evitar a perda de vidas e os custos sociais e econômicos decorrentes desses acidentes (Ipea, 2010).

Desse modo, outro objetivo fundamental da Operação Lei Seca é a redução da mortalidade nas vias urbanas e rodoviárias. O Brasil ocupa uma das posições mais preocupantes nos rankings mundiais de mortes no trânsito, com um número elevado de vítimas fatais a cada ano. Dados do Ministério da Saúde indicam que, antes da implementação da Lei Seca, mais de 40 mil pessoas morriam anualmente em decorrência de acidentes automobilísticos. Embora esse número tenha oscilado ao longo dos anos, observou-se uma tendência de queda em estados que adotaram a operação com maior rigor e frequência, o que demonstra a relevância dessa política para o enfrentamento da violência no trânsito (Brasil, 2019).

Paralelamente aos objetivos repressivos, a Operação Lei Seca possui um viés educativo essencial. A política não se limita à aplicação de penalidades, mas visa também promover uma mudança cultural na população brasileira. Durante as abordagens realizadas nas blitzes, equipes multidisciplinares, compostas por agentes de trânsito, policiais, profissionais de saúde e voluntários, realizam ações educativas com os condutores, fornecendo informações sobre os efeitos do álcool na direção e os riscos de acidentes. Além disso, são realizadas palestras em escolas, empresas e comunidades, assim como campanhas em meios de comunicação, redes sociais e espaços públicos, com o intuito de sensibilizar a sociedade sobre a importância da prudência e da responsabilidade no trânsito (Cabette, 2022).

As diretrizes operacionais da Operação Lei Seca são estruturadas a partir de três pilares: fiscalização, educação e comunicação. No campo da fiscalização, a operação se destaca pelo uso de etilômetros, popularmente conhecidos como bafômetros, que são dispositivos utilizados para medir a concentração de álcool no ar alveolar do condutor. O uso desse equipamento permite a verificação técnica da infração, conferindo maior legitimidade ao processo punitivo. A recusa em realizar o teste, embora prevista na legislação como direito do cidadão, passou a ser punida com as mesmas sanções administrativas previstas para os condutores que apresentam resultado positivo, após a sanção da Lei nº 12.760/2012. Essa mudança visou reduzir a impunidade e ampliar a efetividade da fiscalização (Brasil, 2012).

Assim, além do uso do etilômetro, a abordagem policial também inclui a verificação de sinais de embriaguez, como hálito etílico, olhos avermelhados, fala arrastada e dificuldade de equilíbrio, que podem ser registrados por meio de filmagens e relatórios. Essas evidências são utilizadas para fundamentar a autuação mesmo na ausência do teste. O foco da





fiscalização é a dissuasão, ou seja, a criação de um ambiente em que os motoristas percebam um risco real de serem flagrados e punidos, o que contribui para a modificação do comportamento antes mesmo da infração ocorrer (Silva; de Oliveira, 2025).

Nessa linha de raciocínio, no que diz respeito às ações educativas, a Operação Lei Seca tem se caracterizado pela abordagem humanizada e pelo envolvimento direto da sociedade civil. Em muitos estados, especialmente no Rio de Janeiro, é comum a presença de pessoas com deficiência física decorrente de acidentes de trânsito como integrantes das equipes educativas. Esses agentes compartilham suas histórias com os motoristas abordados, oferecendo um testemunho real dos efeitos devastadores da imprudência ao volante. Essa metodologia tem se mostrado eficaz por despertar empatia e gerar impacto emocional nos condutores, contribuindo para a interiorização das mensagens preventivas (Cet-Rio, 2011).

As campanhas de mídia também constituem um eixo essencial das diretrizes operacionais da Operação Lei Seca. Utilizando recursos audiovisuais, jingles, postagens nas redes sociais e parcerias com influenciadores digitais, o objetivo é atingir diferentes públicos e faixas etárias, com linguagens adaptadas à realidade de cada grupo. A comunicação estratégica busca não apenas informar, mas provocar reflexão e engajamento social. Slogans como “Se beber, não dirija” e “A vida pede passagem” se consolidaram na memória coletiva brasileira como mensagens associadas à responsabilidade no trânsito. A adesão da mídia tradicional e digital à causa é um indicativo da capilaridade e da aceitação social da política (Silva; de Oliveira, 2025).

O sucesso da Operação Lei Seca também está diretamente relacionado ao envolvimento articulado de diversos órgãos públicos, que compartilham responsabilidades na sua execução. O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) tem papel central na coordenação das operações, disponibilizando agentes, equipamentos e estrutura logística. A Polícia Militar (PM), por sua vez, garante a segurança das abordagens e atua na autuação dos motoristas infratores. Em muitos estados, a PM participa de forma destacada da montagem dos pontos de fiscalização, do controle do fluxo de veículos e da manutenção da ordem durante as operações (Denatran, 2015).

O Ministério da Saúde também exerce papel relevante, tanto na produção de dados epidemiológicos sobre acidentes e internações hospitalares quanto no apoio às campanhas de prevenção e educação. As informações produzidas pelo Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS) e pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) são fundamentais para o monitoramento da eficácia da política e para a formulação de ações complementares de saúde pública. As campanhas do Ministério da Saúde frequentemente destacam os impactos do



álcool no organismo e sua associação com comportamentos de risco, especialmente entre jovens (Brasil, 2019).

O Ministério dos Transportes, através da Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), anteriormente vinculada ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), participa do planejamento estratégico das ações de segurança viária e da normatização dos procedimentos de fiscalização. É também responsável por estabelecer diretrizes nacionais que orientam a atuação dos DETRANs estaduais, assegurando a uniformidade das ações em todo o território brasileiro. Além disso, o ministério incentiva a adoção de tecnologias e metodologias modernas de controle e avaliação das políticas de trânsito (Fagundes; de Freitas, 2024).

A atuação do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), complementa esse conjunto institucional, oferecendo apoio na articulação intersetorial e no financiamento de projetos integrados entre segurança pública e trânsito. Programas como o Pacto Nacional pela Redução de Acidentes (Parada – Um Pacto pela Vida) e o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) são exemplos de iniciativas que buscam a convergência de ações em nível federal, estadual e municipal, ampliando o alcance e a eficácia das políticas de segurança viária (Pnatrans, 2018).

Cabe destacar que a Operação Lei Seca não se restringe às capitais ou grandes centros urbanos, mas tem se expandido para o interior dos estados e regiões periféricas, democratizando o acesso à fiscalização e às ações educativas. Essa descentralização é fundamental para alcançar populações que historicamente estiveram à margem das políticas públicas de trânsito e para garantir a equidade na aplicação da lei. Em muitas localidades, as operações são acompanhadas por órgãos de saúde, conselhos de trânsito e universidades, que realizam pesquisas, levantamentos de dados e avaliações das ações implementadas, promovendo a retroalimentação da política pública com base em evidências empíricas (de Aquino; de Fátima; Alves, 2021).

Outro aspecto que merece destaque é o caráter preventivo da Operação Lei Seca, que vai além da repressão imediata. Ao aumentar a percepção de risco entre os motoristas, a operação induz comportamentos mais seguros, contribuindo para a formação de uma cultura de paz no trânsito. Pesquisas indicam que a maioria dos condutores abordados passa a evitar dirigir após beber, mesmo quando não são autuados, apenas pelo contato com as ações educativas e pelo medo de ser flagrado. Isso demonstra que a política atua sobre a esfera subjetiva da decisão individual, promovendo mudanças de atitude a partir da informação e da responsabilização (Ipea, 2010).



#### **4 A LEI SECA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE E SEGURANÇA**

A Lei Seca deve ser compreendida não apenas como um instrumento jurídico de repressão à condução de veículos sob efeito de álcool, mas como uma política pública integrada às estratégias nacionais de promoção da saúde e segurança pública. Seu desenvolvimento e aplicação refletem uma mudança de paradigma no enfrentamento da violência no trânsito, reconhecendo o trânsito como um determinante social de saúde e o consumo de álcool como um fator de risco para morbimortalidade. Nesse sentido, a Lei Seca transcende a dimensão legal, posicionando-se como uma política pública de caráter preventivo e educativo, que busca preservar vidas, reduzir internações hospitalares e minimizar os custos sociais e econômicos decorrentes de acidentes automobilísticos.

A relação da Lei Seca com as políticas públicas de saúde se dá de forma direta, considerando que os acidentes de trânsito constituem uma das principais causas de morte no Brasil, especialmente entre jovens. De acordo com dados do Ministério da Saúde, cerca de 30% dos acidentes fatais no trânsito envolvem o uso de bebidas alcoólicas. A condução sob efeito de álcool compromete a atenção, os reflexos e a coordenação motora, aumentando significativamente a probabilidade de colisões, atropelamentos e outros tipos de sinistros. A partir dessa constatação, a Lei Seca surge como uma estratégia de intervenção baseada em evidências epidemiológicas, visando à redução de fatores de risco evitáveis. Assim, insere-se no rol das ações previstas no Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção da saúde, prevenção de agravos e controle de causas externas, conforme preconizado pela Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (Brasil, 2014).

Nesse seguimento, as campanhas nacionais e estaduais promovidas no âmbito da Lei Seca também reforçam seu caráter de política pública educativa. Desde sua implantação, o Brasil tem assistido a uma série de iniciativas comunicacionais que visam alertar a população sobre os perigos da combinação entre álcool e direção. Campanhas como “Se beber, não dirija”, “A vida pede passagem” e “Álcool e direção não combinam” tornaram-se slogans amplamente reconhecidos, sendo disseminados em meios de comunicação de massa, redes sociais, ambientes escolares e locais públicos. Essas campanhas utilizam uma linguagem acessível e apelam para a responsabilidade individual e coletiva, promovendo a ideia de que o comportamento do motorista impacta diretamente a vida de terceiros. Pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) indicam que campanhas contínuas e bem estruturadas são capazes de



influenciar positivamente o comportamento dos condutores, sobretudo quando associadas à fiscalização efetiva e punições rigorosas (Ipea, 2010; Opas, 2015).

A eficácia dessas campanhas, no entanto, depende de sua capacidade de se adaptar às realidades regionais e às diferentes faixas etárias e perfis culturais da população brasileira. Nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, por exemplo, campanhas de comunicação têm sido combinadas com ações de educação para o trânsito, abordagens interativas e depoimentos de vítimas de acidentes, com resultados positivos na mudança de percepção dos condutores. A inclusão de pessoas com deficiência causadas por acidentes automobilísticos nas ações de conscientização é uma inovação que fortalece o impacto emocional das campanhas, gerando maior empatia e reflexão sobre as consequências do ato de dirigir sob influência de álcool (Cet-Rio, 2011).

Apesar dos avanços alcançados, ainda há espaço para melhorias na execução e abrangência da política da Lei Seca. Um dos principais desafios identificados é a limitação da fiscalização em áreas periféricas, zonas rurais e regiões com menor estrutura logística. A concentração das operações em grandes centros urbanos impede que uma parcela significativa da população seja alcançada pelas ações de repressão e prevenção. Para enfrentar esse problema, torna-se necessário ampliar a capilaridade da Operação Lei Seca, investindo em infraestrutura, capacitação de equipes e parcerias com prefeituras e organizações comunitárias. A descentralização das ações é fundamental para garantir equidade na aplicação da lei e promover uma mudança cultural em todo o território nacional (de Aquino; de Fátima; Alves, 2021).

Outra proposta de melhoria refere-se ao uso de tecnologias inovadoras como instrumento de apoio à fiscalização e à educação no trânsito. O desenvolvimento de sistemas inteligentes de monitoramento, câmeras com reconhecimento facial, aplicativos de denúncia e mapeamento de áreas de risco são exemplos de como a tecnologia pode potencializar os resultados da política. Em alguns estados, já se observa a adoção de câmeras instaladas em pontos estratégicos de tráfego para flagrar comportamentos suspeitos de embriaguez, além de sistemas automatizados que cruzam dados de veículos com históricos de infrações. Essas ferramentas, associadas a bancos de dados integrados entre órgãos de trânsito e segurança pública, permitem maior agilidade na identificação de infratores reincidentes e na aplicação de medidas preventivas (Salama, 2024).

O uso de inteligência artificial também começa a ser explorado em programas-piloto que visam prever situações de risco com base em padrões de comportamento, dados meteorológicos e históricos de acidentes. Esses sistemas podem indicar os horários e locais



com maior probabilidade de ocorrências envolvendo álcool e direção, otimizando a atuação das equipes da Lei Seca. Outro exemplo é o desenvolvimento de aplicativos móveis que auxiliam os motoristas a calcular o tempo necessário para a metabolização do álcool antes de dirigir, promovendo a autoconsciência e a responsabilidade. Tais soluções tecnológicas devem ser acompanhadas de garantias éticas e legais, assegurando o respeito à privacidade e aos direitos individuais dos cidadãos (da Silva; dos Santos, 2023).

No campo da saúde, a Lei Seca também promove uma interseção com as políticas públicas voltadas à redução de danos e ao tratamento de dependentes químicos. Muitos condutores autuados por embriaguez recorrente apresentam quadro de uso abusivo de álcool, o que demanda uma abordagem intersetorial que envolva, além da punição, o encaminhamento para acompanhamento psicossocial e programas de reabilitação. Experiências exitosas nesse sentido foram desenvolvidas em estados como Pernambuco e Minas Gerais, que implantaram programas de orientação e atendimento psicológico a motoristas infratores, contribuindo para a redução da reincidência e para a promoção da saúde mental e física desses indivíduos (Brasil, 2022).

É importante ressaltar que a Lei Seca se insere também na lógica da segurança pública como política de Estado. Ao reduzir os índices de acidentes e óbitos no trânsito, contribui diretamente para a diminuição da demanda sobre os sistemas de saúde, previdência e justiça, além de reduzir os custos com funerais, hospitalizações e indenizações. O Banco Mundial estima que os acidentes de trânsito consomem até 3% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países em desenvolvimento, o que reforça a necessidade de políticas eficazes e sustentáveis nesse campo. Assim, a Lei Seca não deve ser vista como uma medida isolada, mas como parte integrante de um conjunto de ações voltadas à proteção da vida e à melhoria da qualidade de vida da população brasileira (Banco Mundial, 2019).

Por fim, a articulação entre sociedade civil, governos e setor privado é um elemento-chave para o aprimoramento contínuo da Lei Seca como política pública de saúde e segurança. O engajamento de empresas em campanhas internas de prevenção, o apoio de instituições de ensino na formação cidadã dos futuros condutores e o papel das organizações não governamentais na fiscalização social e na produção de dados confiáveis são componentes essenciais de uma política pública moderna e democrática. A transparência na divulgação de resultados, a participação popular na formulação de metas e a adoção de critérios técnicos para a alocação de recursos são práticas que devem ser fortalecidas para garantir a efetividade e a legitimidade da Lei Seca perante a sociedade.



## 5. CONCLUSÃO

A implementação da Operação Lei Seca no Brasil representa um marco significativo na consolidação de políticas públicas voltadas à segurança viária, promoção da saúde e preservação da vida. Como demonstrado ao longo desta análise, a Operação foi concebida a partir de um contexto histórico de elevada morbimortalidade no trânsito, com forte associação ao consumo de álcool por condutores, e ganhou forma por meio da articulação entre legislações específicas, como as Leis nº 11.705/2008 e nº 12.760/2012, e ações operacionais coordenadas entre órgãos estaduais e federais.

Com objetivos claros de reduzir acidentes, diminuir mortes e transformar comportamentos, a Operação Lei Seca evoluiu para além de uma ação repressiva, incorporando estratégias educativas e de conscientização coletiva. As campanhas de massa, os testemunhos de vítimas e os programas preventivos revelaram o potencial da política em impactar positivamente a cultura do trânsito no Brasil, sobretudo ao combinar comunicação eficiente e fiscalização rigorosa. A inserção dessa política no escopo das ações de saúde pública reforça sua importância multidisciplinar, ao atuar diretamente na mitigação de um dos principais fatores de risco evitáveis à vida humana.

A incorporação de tecnologias como etilômetros, câmeras inteligentes, inteligência artificial e aplicativos móveis mostra que a inovação é um caminho necessário para garantir a eficiência, a abrangência e a equidade das ações, principalmente diante dos desafios de fiscalização em áreas periféricas e rurais. A análise também demonstra que a eficácia da Operação depende diretamente da continuidade das ações, do investimento público, da integração entre os entes federativos e da participação ativa da sociedade.

Dessa forma, a Operação Lei Seca consolidou-se como uma política pública exemplar no enfrentamento da violência no trânsito, evidenciando que a articulação entre legislação, prevenção, educação, tecnologia e gestão intersetorial é essencial para alcançar resultados sustentáveis. Para os próximos anos, o fortalecimento institucional, a inovação tecnológica e o compromisso contínuo com a vida devem permanecer como pilares dessa política, reafirmando seu papel estratégico na construção de um trânsito mais seguro, responsável e humano no Brasil.





## 6. REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Road Safety Management Capacity Reviews and Safe System Projects Guidelines**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2019.

BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3-22, 24 set. 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008**. Altera o Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre a proibição do consumo de bebidas alcoólicas por condutores de veículos automotores e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 20 jun. 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012**. Altera o Código de Trânsito Brasileiro e dispõe sobre o uso de provas para constatar embriaguez. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 21 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS**. Brasília: Ministério da Infraestrutura, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Guia de Boas Práticas em Segurança Viária**. Brasília: MJSP, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): revisão da Portaria MS/GM nº 687/2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório de atividades dos programas de prevenção de acidentes de trânsito**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/sim>. Acesso em: 05 jun. 2025.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Nova lei seca**. Freitas Bastos, 2022.

CET-RIO. Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro. **Relatório Técnico da Operação Lei Seca no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CET-RIO, 2011.

CONCEIÇÃO, Gleice Margarete de Souza; ALENCAR, Gizelton Pereira; LATORRE, Maria do Rosário Dias de Oliveira. Tendência temporal das internações por acidentes de trânsito na cidade de São Paulo, Brasil, 2000-2019. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 11, p. e00036320, 2021.

DA SILVA, Carlos Augusto Lima Vaz; DOS SANTOS, Luciana Vieira; DINIZ, Jaílson Costa Silva. OS 15 ANOS DA LEI SECA E SEUS IMPACTOS NA SEGURANÇA VIÁRIA. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 13, n. 1, 2023.

DE AQUINO, Joacir Rufino; DE FÁTIMA, Maria; ALVES, Maria Odete. Políticas públicas de adaptação à seca prolongada no Nordeste: O papel do PRONAF e do Garantia-Safra. **Ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no Nordeste semiárido brasileiro**, p. 99, 2021.



DE FARIA, Maria Luiza Gomes et al. Mortalidade por acidentes de transportes terrestres no Brasil de 2010 a 2019. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 10, p. e16543-e16543, 2024.

FAGUNDES, Eduardo Miguel Felicio; DE FREITAS, Suellen Cristo. O policiamento ostensivo de trânsito como ferramenta para prevenção e redução da criminalidade no contexto da lei seca no trânsito urbano. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 5, n. 9, p. e595655-e595655, 2024.

FONTES, Uanderson Carlos; DE MEDEIROS, Jássio Pereira. Análise dos impactos da “Lei Seca” e suas alterações em indicadores de acidentes de trânsito no Rio Grande do Norte. **Revista Principia**, v. 59, n. 1, p. 168-183, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras**. Brasília: IPEA, 2010.

NUNES, Hélio Rubens de Carvalho; MURTA-NASCIMENTO, Cristiane; LIMA, Maria Cristina Pereira. Impacto da Lei Seca sobre a mortalidade no trânsito nas unidades federativas do Brasil: uma análise de série temporal interrompida. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, p. e210045, 2021.

OLIVEIRA-FRIESTINO, Jane Kelly et al. Distribuição espacial da mortalidade por acidentes de trânsito terrestre antes e após a Lei Seca em Santa Catarina, Brasil. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 12, p. e5026-e5026, 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Violência no trânsito: um desafio para a saúde pública**. Brasília: OPAS/OMS, 2015.

RAMOS, Taís Soares et al. Avaliação dos acidentes com motocicletas no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, p. e20611225614-e20611225614, 2022.

SALAMA, Nicolas Petro Breim. Análise jurídica da lei seca brasileira: a tolerância zero brasileira e a comparação com países que permitem níveis de álcool no sangue para dirigir. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 22, n. 11, p. e7727-e7727, 2024.

SILVA, Victória Virna; DE OLIVEIRA, Kamilee Lima. Lei seca: uma análise da eficácia da lei nº 11.705/2008 e seus reflexos para a segurança do trânsito em Aracaju Sergipe. **Revista de Direito**, v. 1, n. 01, p. 1-14, 2025.